

ENTRE BRÁS E GUIOMAR: GÊNERO E HISTÓRIA DAS MULHERES EM MACHADO DE ASSIS E JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

BETWEEN BRÁS AND GUIOMAR: GENDER AND HISTORY OF WOMEN IN MACHADO DE ASSIS AND JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

LAILA CORREA E SILVA*

GABRIELA SIMONETTI TREVISAN **1

Resumo: A partir das obras *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880-1881) e *A Silverinha: crônica de verão* (1914), propomos uma análise acerca de gênero e história das mulheres, lançando luz sobre as experiências femininas e identificando a agência das mulheres na sociedade burguesa do Rio de Janeiro entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Para tanto, tivemos três focos de interpretação dessas fontes literárias: a hipocrisia das elites, a complexidade dos protagonistas e a questão do adultério feminino. Nesse sentido, buscamos ressaltar as críticas que os autores elaboram acerca de sua época, ofertando uma análise que envolve aproximações e divergências entre as duas obras, o que também inclui o debate acerca da autoria feminina.

Palavras-chave: Machado de Assis; Júlia Lopes de Almeida; gênero.

Abstract: From the works *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880-1881) and *A Silverinha: crônica de verão* (1914), we propose a gender and a history of women analysis, shedding light on women's experiences, identifying the women's agency in bourgeois society in Rio de Janeiro in the second half of the 19th century and beginning of the 20th century. Therefore, we had three focuses of interpretation of these literary sources: the hypocrisy of the elites, the complexity of the protagonists and the issue of female adultery. In this sense, we seek to highlight the critics of these authors about their time, offering an analysis that involves approximations and divergences between the two works, which also includes the debate about female authorship.

Keywords: Machado de Assis; Júlia Lopes de Almeida; gender.

* Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: lailacorreasilva@gmail.com.

** Mestranda em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: trevisan.gabriela@gmail.com.

¹ Artigo recebido em 19 de abril de 2019 e aprovado para publicação em 19 de janeiro de 2020.

História, gênero e literatura: uma breve introdução

Segundo Michelle Perrot, a história das mulheres se consolida nas academias europeia e norte-americana a partir dos anos 1960, sendo muito sustentada pela explosão do feminismo que se deu nos anos 1970². A partir de então, como destaca a historiadora, um “corte epistemológico” aconteceu: novas categorias passaram a emergir, assim como outros olhares, fontes históricas e metodologias de pesquisa.

A epistemologia feminista, assim, consolida-se como uma forma de produzir conhecimento de forma crítica em relação às desigualdades entre homens e mulheres verificadas ao longo da história. Como comenta Margareth Rago, esse projeto feminista de ciência não apenas critica o conhecimento científico hegemônico, como também propõe um contradiscurso, considerando as diferentes experiências pelas quais passam as mulheres em um mundo onde são diferenciadas do universo masculino³.

A produção do conhecimento feminista, desde então, constrói uma série de conceitos para auxiliar a análise crítica. Um deles, que se desenvolveu entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, é o de “gênero”. No campo da história, essa ideia ganhou força com a tradução do texto de Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”⁴, o que ocasionou diversos debates internacionais e no Brasil. No âmbito da historiografia brasileira, por exemplo, Eleni Varikas abordou os desafios de se integrar o gênero nas pesquisas da história social e, nesse sentido, realizou um balanço da discussão teórica travada entre Louise Tilly e Joan Scott⁵. Posteriormente, muitas análises também contaram com as contribuições de Judith Butler, que se inspira nos estudos de Michel Foucault para refletir sobre a historicidade dos corpos e questionar a noção de natureza biológica, rompendo com a dicotomia entre sexo e gênero e introduzindo o conceito de performatividade de gênero⁶.

² PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007, p. 19.

³ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 23-24.

⁴ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

⁵ VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n. 3, 1994, pp. 63-84.

⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Não é nosso foco propor uma discussão teórica sobre o conceito gênero; contudo, a partir da obra mais recente de Varikas⁷, entendemos que se trata de um conceito itinerante, ou seja, que perpassa a história intelectual, a teoria política e a epistemologia. Propomos, portanto, que esse conceito seja aqui encarado como a organização social da diferença sexual ou os modos pelos quais hierarquias de diferença – inclusão e exclusões – foram construídas ao longo da história, com grandes problemáticas a serem ainda debatidas⁸.

Como Perrot assevera, trazer a ideia de gênero para a história é também construir outras formas de pesquisa. Segundo ela, as fontes históricas ligadas ao universo feminino eram comumente destruídas pelas próprias mulheres ou deixadas de lado, por serem consideradas de menor importância⁹. Contudo, é possível encontrar vestígios do passado feminino em documentos como as correspondências ou os diários. A historiadora chama atenção, porém, para a importância da escrita literária e jornalística feita por mãos femininas. Em especial a partir do século XVIII, na Europa, e do século XIX, no Brasil, a imprensa e a literatura de autoria feminina – e, muitas vezes, feminista – desponta como um rico espaço de olhares das mulheres sobre o mundo.

Refletindo acerca da literatura como espaço privilegiado para o estudo das relações de gênero no século XIX brasileiro, buscamos analisar as narrativas literárias de Machado de Assis (1839-1908) e Júlia Lopes de Almeida (1852-1934), autores contemporâneos e de destaque, que elaboraram, muitas vezes, temáticas e críticas semelhantes, ainda que, no cânone, apenas o nome masculino tenha se perpetuado. Essa diferença não é em vão: como comenta Zahidé Lupinacci Muzart, o que chamamos de canônico nos espaços da arte e da intelectualidade está ligado aos processos históricos de uma época, bem como às suas desigualdades sociais, raciais e de gênero¹⁰.

Além disso, cabe ressaltar que tratamos de autores que viveram em um importante momento histórico para a consolidação de novas ideias acerca da família e do espaço da domesticidade feminina, motivo, entre outros, de silenciamentos das inúmeras escritoras, como

⁷ VARIKAS, Eleni. **Pensar o sexo e o gênero**. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Junior. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

⁸ Publicações acadêmicas recentes e de destaque, como os dossiês na Revista Brasileira de História (v. 27, n. 54, 2007) e na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (n. 71, dez. 2018) abordaram a questão do gênero na pesquisa histórica, apresentando os desafios contemporâneos e a importância do campo.

⁹ PERROT, Michelle. *Op. cit.*, p. 21-22.

¹⁰ MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 3, 1995, pp. 85-95.

a própria Júlia. Essa questão evidencia, portanto, a resposta das mulheres, traduzida na agência feminina e em perspectivas críticas sobre a cultura patriarcal¹¹.

Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, no campo da epistemologia feminista existem inúmeras divergências teóricas acerca da questão da escrita de autoria feminina. O debate se concentra, muitas vezes, na existência de uma linguagem específica dessa literatura. Nesse sentido, a autora afirma ser “inegável que os discursos marginalizados das mulheres” desenvolvem “sensibilidades experimentais” e constroem espaços outros de expressão, produzindo “contradiscursos” com um potencial subversivo¹².

Neste artigo, também desenvolvemos, a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero e, logo, da epistemologia feminista, um debate entre a escrita de Machado de Assis e Júlia Lopes de Almeida, em especial entre as obras *Memórias Póstumas de Brás Cubas*¹³ e *A Silveirinha: crônica de um verão*¹⁴, nas quais podemos perceber, em épocas próximas, críticas a uma cultura burguesa e patriarcal, contudo, com as especificidades ligadas ao gênero dos autores. Para tanto, buscamos levantar e analisar três temas centrais nas duas obras: a hipocrisia da sociedade burguesa, o protagonismo de personagens complexas e contraditórias e a questão do adultério feminino. Delineando as especificidades de cada romance, propomos um diálogo com o intuito de ampliar os debates acerca do assunto no campo da história.

Os mundos de Brás e Guiomar

Brás Cubas, o defunto-autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, apareceu ao público carioca pela primeira vez entre março e dezembro de 1880, na *Revista Brasileira*, por meio da narrativa irônica machadiana. Nas memórias narradas, Brás Cubas se debruçou sobre o cotidiano da Corte imperial, habitada por grupos abastados, como a fictícia família Silveira, nascida da pena de Júlia Lopes de Almeida, que, entre abril e maio de 1913, traria uma das

¹¹ Sobre as transgressões femininas e feministas da época, Cf. SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1991; SCHETTINI, Cristina. **Que tenhas teu corpo**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

¹² HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 14.

¹³ ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo, FTD, 1997 [1ª publicação em 1881].

¹⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A Silveirinha**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997 [1ª publicação em 1914].

herdeiras como protagonista de outro folhetim, *A Silveirinha: crônica de um verão*, publicado no famoso *Jornal do Comércio*.

Com 33 anos de diferença, *Memórias póstumas* e *A Silveirinha* marcam o momento da virada entre os séculos XIX e XX, narrando as nuances, hipocrisias, relações sociais e jogos de poder das classes mais altas da então capital brasileira. Na obra machadiana, é contada a história de Brás Cubas, típico homem branco e herdeiro de uma família proprietária de escravizados, cuja vida se desenvolve em meio à esdrúxula participação na política, nos bailes, em investimentos capitalistas e em relacionamentos, sempre problemáticos, com diferentes mulheres, morrendo, enfim, solteiro e sem filhos.

No enredo, o narrador e protagonista além-túmulo utilizou a prerrogativa da morte para contar tudo e criticar a todos, principalmente a hipocrisia da sociedade burguesa carioca de meados do século XIX, como anunciado no epílogo da primeira versão do romance, publicada em folhetins, com uma citação de William Shakespeare, retirada da peça *As you like it*:

*I will chide no breather in the
world but myself; against whom
I know most faults.*

Não é meu intento criticar
Nenhum fôlego vivo, mas a mim
Somente, em que descubro muitos
Senões.

(Shakespeare, *As you like it*, act III, sc II)¹⁵

Na obra de Júlia, por sua vez, *Silveirinha*, conhecida pelo seu sobrenome de solteira, é a personagem central do romance que se preocupa em retratar o cotidiano do verão em Petrópolis e as interações dadas entre diferentes famílias. O foco do romance é a tentativa da jovem, chamada Guiomar Jordão, de converter o marido ateu ao catolicismo, motivação pela qual se empenha cotidianamente. Enquanto sua meta não é alcançada, outros personagens dão o tom de uma sociedade interesseira, como a Condessa – uma viúva rica responsável por diversas intrigas – e Ludgero – um oportunista que busca ascensão social. Nesse sentido, chama atenção o enfoque sobre as mulheres e seu cotidiano, assim como seus laços de amizade e de intriga. Além disso, notam-se as agências femininas possíveis diante de uma sociedade na qual, *supostamente*, todo o poder social, político e econômico estaria nas mãos dos homens.

¹⁵REVISTA BRAZILEIRA. Rio de Janeiro: **Hemeroteca Digital** (Biblioteca Nacional), 15 mar. 1880, p. 353. Nessa revista foram publicadas a frase de Shakespeare e a tradução feita por Machado de Assis.

A Petrópolis veronil, espaço de descanso do calor carioca para as famílias mais abastadas, torna-se o cenário dos jogos de poder entre os indivíduos dentro de espaços como o casamento, os jantares, as missas e os bailes. Narrado em terceira pessoa, o romance transita entre histórias paralelas que orbitam ao redor da Silveirinha, que, apesar de casada, é chamada pelo sobrenome de sua própria família, o que mostra a força de sua personalidade e sua individualidade diante de um mundo no qual o casamento por interesses econômicos e familiares era o futuro de grande parte das mulheres.

Ambos os romances, portanto, preocupam-se com as elites e suas dinâmicas sociais. Os anos de diferença entre as publicações nos transportam de um mundo onde a escravidão ainda não havia sido abolida a outro em que, após a abolição, a burguesia consolidava seus espaços excludentes e atitudes higienistas e racistas. Contudo, apesar da importância dessas temáticas, buscamos, neste momento, priorizar as relações construídas dentro desses grupos abastados, a partir do prisma de gênero, e questionar como os autores utilizam de uma espécie de comicidade para criticar práticas não só elitizadas como patriarcais.

As hipocrisias da cultura burguesa e patriarcal

Machado de Assis, ao publicar em folhetim *Memórias póstumas de Brás Cubas*, construiu um narrador memorialista que dialogou com o conteúdo da própria *Revista Brasileira*. Publicando contos, crítica literária, discussões políticas e divulgação científica, o periódico circulou na corte do Rio de Janeiro, na fase em que era editada por Nicolau Midosi, entre junho de 1879 e dezembro de 1881. Em trinta números, divididos em dez volumes, contemplou um período de grandes transformações políticas e sociais no Brasil, inserindo-se em um momento de crise aguda do sistema escravista e de perda da legitimidade da monarquia de D. Pedro II.

O público assíduo da *Revista*, portanto, era muito específico e elitizado e o narrador de *Memórias póstumas* parece ter as características dessa classe senhorial brasileira do século XIX, leitora do periódico e inserida no debate político, científico e cultural da época. No romance, uma ideia caricatural do darwinismo social¹⁶, corrente filosófica predominante nos círculos

¹⁶ O darwinismo social se fortaleceu no século XIX, especialmente no Ocidente, como uma teoria que buscava aplicar os aspectos da teoria evolucionista, de Charles Darwin, ao conjunto da sociedade e de suas práticas. O darwinismo social frequentemente utilizou pressupostos elitistas, racistas e misóginos. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 43.

sociais abastados, permeia toda a narrativa, mas aparece, em especial, no cientificismo da figura de Quincas Borba, o amigo de infância que, na idade adulta, transitou entre a loucura e a elaboração de uma filosofia própria, chamada Humanitismo. Nessa corrente de pensamento, todas as forças da natureza parecem convergir para um único fim: a satisfação das necessidades da classe senhorial abastada na qual as personagens masculinas estão inseridas como sujeitos dotados de poder político, econômico e social. A teoria, posteriormente, é incorporada por Brás Cubas, como em seu julgamento sobre Eugênia, “a flor da moita”, coxa de nascença, que não podia mentir ao seu sangue e à sua origem, fruto de um suposto adultério e filha de uma mulher menos abastada do que o narrador. Certamente, Brás concebia-se superior a ela, mas sentia-se bem “ao pé dessa criatura tão singela, filha espúria e coxa”¹⁷.

A cronologia das peripécias brascúbicas enfatiza as décadas de 1840 e 1850, ofertando um testemunho irônico da classe senhorial que, até então, estava segura de si, mas que, a partir de 4 de setembro de 1850, com a aprovação da lei contra o tráfico de escravizados, começou a vislumbrar um período de crise diante da possibilidade do fim da escravidão, viga sustentadora dessa classe social. Eis que, nas décadas seguintes, após o fim da Guerra do Paraguai, a crise atingiria seu auge com a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, a qual abalou de modo significativo as estruturas do domínio senhorial-escravista e a confiança na monarquia. Como argumenta o crítico literário John Gledson, nos romances de Machado de Assis, podemos ler a proposta de perscrutar os possíveis sentidos do processo histórico citado nas tramas¹⁸.

O tipo de narrador masculino e portador do ideário senhorial – escravista, misógino, irônico e manipulador – será uma constante em vários narradores machadianos, além de Brás Cubas. Em *Histórias sem data*¹⁹, estão reunidos contos de Machado de Assis nos quais podemos observar diferentes situações em que as mulheres são o alvo do julgamento desse tipo de narrador. Nessas histórias, o autor aborda o feminino em diferentes classes sociais e cada personagem está, em maior ou menor medida, à mercê do julgamento de um narrador tipicamente machadiano e presa em circunstâncias nas quais a violência masculina é eminente. Contudo, cada uma delas tenta, ao seu modo, contornar as situações a que estão submetidas, procurando saídas estratégicas e jogando com as práticas dessa classe senhorial.

¹⁷ ASSIS, Machado de. *Op. cit.*, capítulo XXXIII.

¹⁸ GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁹ ASSIS, Machado de. **Histórias sem data**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 [1ª publicação em 1881].

Machado de Assis fez das estratégias adotadas pelos dependentes, homens e mulheres livres e pobres, bem como pelos escravizados e escravizadas que conseguiam burlar as regras e aproveitar as fissuras produzidas pela violência senhorial, um ponto-chave para a construção de suas obras literárias. Nesse sentido, iniciando com *Memórias póstumas*, o autor criou “narradores que pareciam viver e expressar apenas aquilo que era rigorosamente compatível com as expectativas dos leitores/senhores”²⁰.

Tal faceta da obra machadiana mostrou-se mais evidente com base em estudos que ressaltaram o peso da vivência do escritor enquanto um homem negro, funcionário público e extremamente crítico em relação à sociedade escravista e monarquista²¹. Vale lembrar que, Machado de Assis estava inserido num ambiente literário, composto por escritores brasileiros atuantes na imprensa carioca, e era preocupado com o engajamento político do mundo das letras, o que se deu via imprensa, principalmente com a publicação de crônicas em jornais de grande circulação, gênero literário muito utilizado como documento histórico complexo, pois aborda os assuntos do cotidiano mais próximo dos leitores contemporâneos, revelando relações mais diretas entre o envolvimento da escrita e os processos políticos e sociais, dentre os quais se destacam o abolicionismo e o republicanismo²².

Ademais, a partir do exemplo das mulheres, nota-se que Machado de Assis buscou construir uma crítica à ideologia própria de seu tempo ao mostrar que os dependentes e, sobretudo, as dependentes, não eram passivos. Aqui, remetemo-nos aos diversos momentos de *Memórias póstumas de Brás Cubas* em que o narrador apresenta sua inabilidade em controlar as mulheres, por assim dizer, a exemplo de sua primeira namorada, Marcela, que devorou a herança paterna que Brás recebera, enquanto o rapaz pensava que era ele quem recebia a maior vantagem nessa relação, ou Virgília, que traía o marido com Brás, mas também traía Brás com outros aventureiros ou “peraltas”²³.

Se, em *Memórias póstumas*, Machado de Assis já se preocupou em traçar um retrato da hipocrisia burguesa no Rio de Janeiro do século XIX, em *A Silverinha*, Júlia Lopes de Almeida traz as continuidades e descontinuidades dos hábitos da elite carioca no início do século XX,

²⁰ CHALHOUB, Sidney **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 93.

²¹ Cf. PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

²² CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 14.

²³ ASSIS, Machado. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo, FTD, 1997, capítulo LXXXVII.

com aproximações e distanciamentos da obra machadiana. Sobretudo no que tange às diferenças, podemos pontuar a perspectiva masculina e a perspectiva feminina, pois *Memórias póstumas*, mesmo em sua crítica à cultura patriarcal, assumiu o ponto de vista masculino, ainda que o tenha criticado em muitos momentos.

Na obra de Júlia, algumas décadas após a narrativa de Machado, os bailes e os jantares ainda se mostram essenciais para a consolidação de relações de interesse econômico. Os debates políticos, contudo, mudam de figura: agora, em plena República, aqueles que ainda resistem em defender o monarquismo são poucos. A ciência e a medicina, por outro lado, ganham um espaço cada vez maior na sociedade. Contudo, as permanências são visíveis, como o respeito a títulos nobres, a influência da Igreja e a prática do casamento arranjado.

Ao contrário da obra de Machado, porém, o foco principal e prioritário da crítica de *A Silveirinha* são as mulheres, ou seja, as personagens femininas. Se Brás Cubas trata das fofocas e comportamento dos homens no mundo tanto público quanto privado, a hipocrisia burguesa ganha forma, com Júlia, em figuras como a da Condessa, viúva muito rica e bastante autônoma, que se mostra uma mulher ardilosa, sempre informada sobre os acontecimentos dentro das famílias e disposta a intervir pessoalmente em situações de seu interesse. Seu título nobre – pelo qual se percebe uma crítica de Júlia a uma continuidade dos hábitos da elite do século XIX no início do século XX – garante à personagem grande inserção social e circularidade entre os mais diversos grupos. Muito próxima do jovem e rico Roberto Flores, a Condessa faz do rapaz um importante informante, como já se mostra nas primeiras páginas do romance, sem se importar com a possibilidade de qualquer desconfiança advinda dessa relação.

A Condessa, personagem muitas vezes complexa, mostra um jogo entre a autonomia feminina e o moralismo cristão, o que é ainda mais explorado no caso da protagonista, a Silveirinha. Esse ponto mostra-se como uma proximidade – com ressalvas – entre a obra de Machado e Júlia, uma vez que se observa o protagonismo de uma figura contraditória, que escorrega entre o comportamento normativo e a crítica, gerando um aspecto cômico. Brás oscila entre reafirmar suas atitudes e pensamentos antiéticos e, ao mesmo tempo, reforçar sua crítica e ironia diante da naturalização desses comportamentos pela elite. Na narrativa de Júlia, por sua vez, a protagonista Guiomar Silveira – a Silveirinha – é uma mulher extremamente religiosa que se casa com um médico ateu e tem por meta convertê-lo, apresentando atos de desobediência para atingir seu objetivo.

Por um lado, portanto, a personagem Silveirinha se desenvolve a partir da figura da “carola”, que diz respeito às mulheres conhecidas por sua frequência nas missas e pela grande inserção nas atividades das igrejas católicas. Assim, desde a sua primeira aparição ao marido, ainda noivo, até o final do romance, a Silveirinha mantém firmemente sua fé e a coloca inclusive acima de suas relações familiares, afetivas e matrimoniais, o que gera conflitos com o cônjuge Jordão, descrente convicto.

Determinada em sua saga pela conversão do marido, Silveirinha conta com o apoio de um dos padres da cidade, o francês Pierre, com quem desenvolve uma espécie de submissão cega. As cenas de conversas particulares, as falas do sacerdote e os pensamentos da jovem sobre ele ganham, inclusive, conotações de erotismo ao longo do livro. Dessa forma, a relação de Silveirinha com a Igreja constrói-se, ao longo da narrativa, com ares de paródia.

Por outro lado, a figura de Silveirinha se torna mais complexa com algumas intervenções da própria personagem em diálogos e espaços. Ao mesmo tempo em que é construída como uma mulher voltada a uma crença religiosa moralista e patriarcal, a personagem desafia a autoridade do marido e contesta discursos que limitam suas decisões e atitudes. Em uma conversa com a Condessa, por exemplo, Silveirinha se exalta e questiona o pensamento de que deveria acatar as ordens e opiniões do cônjuge. “Mas uma mulher casada não deve ter opiniões próprias, não é verdade?”²⁴, a protagonista diz, de forma crítica. Afinal, se, quando solteira, era proibida pelo pai de pensar por si mesma, quando casada, o era pelo marido e, mesmo viúva, o seria pelos filhos, sempre tendo que se submeter às ideias alheias, questão da qual ela discordava veementemente²⁵.

Silveirinha, portanto, desenha-se como uma figura contraditória: completamente entregue à religião católica e aos seus preceitos morais, impõe suas vontades e age, muitas vezes, de forma autônoma. Portanto, a personagem constitui um retrato da complexidade das subjetividades femininas em um mundo que convivia entre a eugenia e o feminismo, entre o ideal de domesticidade burguês e a consolidação das mulheres no campo do trabalho operário e entre as desigualdades sociais e um novo ideal de modernidade.

Assim como Brás Cubas, narrador contraditório machadiano que, por vezes, afirma sua falta de ética, e, por outras, tece críticas essenciais às práticas burguesas, Silveirinha encontra-

²⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de, *Op. cit.*, p. 107.

²⁵ *Idem.*

se no lugar entre o *normativo* e a *transgressão*. Em ambos os casos, nota-se, da parte dos autores, a preocupação em apresentar a complexidade humana e em criticar as classes sociais abastadas, desde o interior das práticas caricaturadas e paradoxais de seus protagonistas.

Contudo, vale reforçar que as duas narrativas são marcadas também pela diferença de gênero dos autores: se, por um lado, Brás apresenta uma perspectiva masculina sobre as dinâmicas sociais e as agências das mulheres na elite, por outro, Júlia Lopes de Almeida cria Guiomar e outras personagens femininas que protagonizam o enredo nesse mundo burguês e são o centro da obra, apresentando como a importância dos jogos de poder articulados pelas mulheres é muito maior do que poderíamos supor.

Como destaca Norma Telles, é nítido que, nas obras dessa autora, as mulheres e as relações desenvolvidas por elas são grandes protagonistas²⁶. Em *A Silveirinha* não é diferente: o cenário desse romance é uma Petrópolis que se movimenta a partir das mulheres, já que os homens desciam ao Rio de Janeiro para o trabalho e lá permaneciam durante todo o dia. Como uma das próprias personagens aponta, “nenhuma cidade do mundo tem durante tantas horas uma sociedade quase exclusivamente feminina como Petrópolis, de dia, no verão”, justificando ainda que essa “era uma das vantagens daquela estação”, ou seja, a ausência dos homens na maior parte do tempo, já que “evitavam-se assim tantas impertinências”, garantindo certa autonomia às esposas²⁷.

Nessa sociedade elitizada, as mulheres não são idealizadas pela autora. Pelo contrário, Júlia parece não se importar em criticar os hábitos de fofoca, mentiras e interesses nas relações entre as mulheres, bem como o comportamento muitas vezes moralista adotado por elas. Contudo, não deixa de apresentar as nuances das práticas femininas nessa conjuntura e o protagonismo das mulheres diante de um mundo que insistia em dar luz apenas aos feitos masculinos.

As narrativas do adultério feminino

Um dos outros grandes pontos privilegiados por Machado de Assis e Júlia Lopes de Almeida é a questão do adultério, via de entrada para a problematização da hipocrisia reinante

²⁶ TELLES, Norma. **Encantações**: escritoras e imaginação literária no Brasil (século XIX). São Paulo: Intermeios, 2012, p. 455.

²⁷ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. cit.*, p. 126.

na sociedade brasileira do entresséculos. Nas duas obras, personagens masculinos se envolvem com mulheres casadas que integram seu círculo de conhecidos da alta sociedade carioca, motivados por algum interesse particular, como o orgulho ou a ascensão social. Contudo, nos dois casos, percebe-se uma dimensão de agência das personagens femininas sobre essas relações extraconjugais, apresentando as mulheres, muitas vezes, como manipuladoras dos homens.

Em *Memórias póstumas*, Virgília, namorada da juventude e amante do narrador-personagem por muitos anos, percebe que seu caso amoroso é assunto de “suspeita pública”. Brás chega a convidá-la para fugir e deixar seu marido, porém, ela recusa veementemente e o narrador-personagem percebe que “era impossível separar duas coisas que no espírito dela estavam inteiramente ligadas: o nosso amor e a consideração pública”²⁸. Para manter as aparências e fugir ao julgamento e ao olhar da opinião alheia, os amantes arranjam uma casinha para encontros, o que dava a Brás “uma aparência de posse exclusiva, de domínio absoluto, alguma coisa que me faria adormecer a consciência e resguardar o decoro”²⁹. A casa permitia que Virgília conservasse as aparências diante dos julgamentos sociais e mantivesse seu caso extraconjugal, assim como seu casamento com Lobo Neves, político promissor que lhe proporcionava uma situação social e econômica de destaque. Para Brás Cubas, solteiro e desimpedido, a casinha significava um mundo à parte, uma utopia, sem normas sociais³⁰.

Esse espaço, porto seguro para o adultério praticado por Brás e Virgília, tinha uma moradora que se torna extremamente importante para uma análise da relação entre os senhores e as dependentes femininas, ou seja, as mulheres entregues à arbitrariedade do narrador masculino, porta voz da ideologia senhorial. Essa mulher era Plácida, ex-costureira e agregada da casa de Virgília, que aceita o “ofício” de alcoviteira em troca de sustento, ainda que se envergonhasse pela situação.

Brás reflete sobre o sentido da vida de Plácida, “sempre com as mãos no tacho e os olhos na costura”³¹, vivendo para trabalhar e padecer, e conclui, após sua divagação filosófica, que sua existência teve uma única utilidade: servir aos amores de Brás com Virgília. Para Brás, era impossível enxergar as vantagens obtidas e a dissimulação envolta nas atitudes de Plácida,

²⁸ ASSIS, Machado de. *Op. cit.*, capítulo LXXVII.

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Ibidem*, capítulo LXXVII.

³¹ *Ibidem*, capítulo LXXXV.

as quais podem ser captadas pelo leitor atento. A agregada alimentava intrigas entre o casal, manipulando situações, pois sabia que, na conciliação, ganharia níqueis e presentes; ela recebeu, ainda, um pecúlio de cinco contos das mãos do próprio Brás. Um bom exemplo das estratégias de Plácida eram as recusas para participar do *luncheon* (pequeno almoço, lanche) de seus protetores, o que deixava Virgília muito triste e a motivava, em última instância, a oferecer uma “pratinha” para Plácida, como agrado e pedido de desculpas.

Para Brás, essa era a submissão de Plácida, mas é possível interpretarmos que os objetivos dessa personagem eram os de aproveitar cada oportunidade para ir conquistando vantagens: pequenas, constantes e cotidianas. Segundo Sidney Chalhoub, “isso é política de dependentes, exercida à moda deles, por dentro da ideologia senhorial, mesmo porque, na maior parte das vezes, não havia alternativa para escapar à humilhação e à violência”³².

Contudo, se no romance machadiano a perspectiva da agência feminina pode ser capturada a contrapelo da perspectiva de um narrador masculino, em *A Silveirinha*, a narração é feita em terceira pessoa e o romance se desdobra mostrando reflexões de outras personagens. Nesse sentido, Júlia traz a possibilidade de apreensão do pensamento feminino sobre a relação que se desenha fora do casamento.

Como comenta Sylvia Paixão, nesse romance, “as relações de amor, de intimidade entre duas pessoas se transformam em fonte de conflito e escondem problemas ligados à preservação da ordem social”³³. Focada nas figuras femininas, a história apresenta uma percepção criativa de Júlia acerca das novas relações de poder que se arranjavam naquele momento histórico, em especial dentro da organização familiar. Segundo Paixão, a literata não esconde “certa ironia crítica”³⁴ sobre as hipocrisias dos laços sociais, sobre a influência da religião no cotidiano, bem como sobre a cultura pretensiosamente refinada dos salões.

Logo no início do romance, as personagens femininas mostram-se protagonistas da narrativa e do espaço que frequentam, utilizando-se de suas relações e dos jogos de poder para mobilizar ações. No verão de Petrópolis, essas mulheres da elite se reúnem e tecem tramas, assim como intrigas e amizades. Dessa forma, Júlia preocupa-se em apresentar, em tom crítico, a sociabilidade feminina, muitas vezes supérflua, no mundo burguês; porém, por outro lado,

³² CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 82.

³³ PAIXÃO, Sylvania. Introdução. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A Silveirinha**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, p. 12.

³⁴ *Idem*.

retrata um mundo de mulheres responsáveis por costurar *redes de sociabilidade* que influenciam o cotidiano privado e público do ambiente urbano.

No desenrolar da história, o adultério mostra-se parte fundamental dos laços que compõem essa sociedade elitizada. Em um encontro para um almoço na casa de D. Clara, uma das personagens femininas que integram esse círculo social, diversas amigas se reúnem, sem a presença de homens, para conversar sobre diferentes temas, como fofocas sobre as famílias cariocas, eventos religiosos, casamentos e diversões. Na ocasião da cena, duas questões chamam atenção. Uma das damas casadas que compõem o encontro, chamada Baltazar Luz, conta sobre suas experiências em uma viagem ao exterior. Dessa forma, o assunto recai sobre um *flirt* que teria ocorrido com um príncipe indiano. Ela conta que, em Nice, teria sido apresentada a esse nobre, com quem teria passeado de carro pela cidade. “À noite, dançamos num baile e trocamos sorrisos num terraço civilizado, sombreado de mimosas”³⁵, continua ela. Após uma semana, cada um voltaria a seu país e “mais nada” aconteceria. Seu marido, segundo ela, “tem muito espírito para me proibir um *flirt* inocente”, conhecendo a rigidez de seu caráter³⁶.

Dessa forma, a prática do *flirt* é naturalizada por essas mulheres como uma dinâmica social que ganha espaço na modernidade e na vida urbana, sendo uma prática que se encontrava entre o casamento e o adultério, entre o recato e a sexualidade. Outra situação da cena do almoço que se desenrola no romance e toca no âmbito sexual é a narrativa das irmãs Guimarães – ambas casadas – sobre uma viagem a Paris e a Viena. Na ocasião, elas comentam terem ido a um sanatório tomar “banhos de ar”, ou seja, andarem nuas em recintos abertos separados por sexo como forma de tratamento de saúde. A experiência causa riso entre as colegas, em especial quando as mulheres comentam sobre as fotografias dos homens que frequentavam o espaço. Segundo elas, apenas eles se deixavam fotografar nus, ao que outra zomba: “percebo agora! [...] porque vocês gostavam de folhear os álbuns de fotografias...”³⁷.

As referências desinibidas à sexualidade, vindas da parte de mulheres, podem, muitas vezes, causar um estranhamento diante de um momento histórico largamente trabalhado pela historiografia, conhecido pela emergência de discursos de poder sobre o sexo que atingiam, em especial, as mulheres, buscando associar seus corpos à domesticidade. Segundo Margareth

³⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. cit.*, p. 47.

³⁶ *Idem.*

³⁷ *Ibidem*, p. 53.

Rago, foi no século XIX que uma nova noção de família brasileira se consolidou a partir dos discursos médicos e jurídicos que, cada vez mais, conquistavam estatuto de verdade na sociedade³⁸. Nesse sentido, as mulheres ganhariam um papel central na normatização do lar – espaço sacralizado naquele momento – e na criação das crianças, futuro da nação. As que fugissem a esse comportamento de recato e dedicação integral à família, considerada sua função natural pela ciência da época, eram rotuladas no outro extremo do prisma, ou seja, como promíscuas e desviantes.

Como Rago comenta, porém, diversas foram as disputas diante desses discursos médicos, tanto da parte das classes mais baixas, foco das políticas higienistas do momento, quanto das mulheres, em especial as que seriam rotuladas dentro do estigma da prostituição ou da degeneração por não corresponderem ao ideal materno defendido pelas ciências de então³⁹. Um exemplo é a anarquista e feminista Maria Lacerda de Moura que, assim como outras mulheres na imprensa anarquista, defendia o amor livre e problematizava a submissão das mulheres no casamento e a maternidade compulsória.

A própria Júlia também se posicionava sobre assuntos caros ao debate feminista da época, como o direito ao divórcio e a ampliação da educação feminina, como publiciza no jornal *O País*, periódico de enorme circulação nesse momento⁴⁰. Assumindo-se feminista, participou de eventos sobre o tema e escreveu até mesmo crônicas defendendo o trabalho feminino e a importância da circulação das mulheres nos espaços públicos. Ao seu lado, outras escritoras de prestígio, como Julia Cortines (1868-1948) e Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), também divulgavam na imprensa opiniões a favor dos direitos das mulheres, principalmente no periódico *O País* e no jornal feminista *A Família*, editado por Josephina.

Contudo, a ideologia da domesticidade, que então se fortalecia, atingiu em diferentes graus as distintas classes sociais. Raquel Soihet ressalta que as novas ideias científicas atingiam as mulheres pobres de outras maneiras⁴¹. Assim, tentou-se confinar as mulheres burguesas no espaço familiar a partir de uma suposta natureza materna e doméstica, e, ao mesmo tempo, as mulheres de classes mais baixas, predominantemente inseridas no mercado

³⁸ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e resistência anarquista (Brasil 1890-1930). 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 86.

³⁹ *Ibidem*, p. 115.

⁴⁰ O PAÍS. Rio de Janeiro, 6 ago. 1912. Fundação da Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital.

⁴¹ SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

de trabalho, tinham de contrariar a ideia de domesticidade ao necessitarem circular nos espaços públicos e, muitas vezes, serem as provedoras de seus lares. Nas palavras de Soihet, “as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade”⁴², uma vez que “trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*”.⁴³

A realidade com que dialoga Júlia e as personagens femininas em *A Silverinha*, portanto, é um recorte de um mundo muito mais diverso e com diferentes experiências de existência enquanto mulher. É por, provavelmente, ter essa percepção que a autora se propõe a construir uma postura crítica diante do mundo burguês e dos comportamentos patriarcais e moralistas recorrentes nesse ambiente.

Retomando a temática do adultério, também são perceptíveis as aproximações entre personagens e situações dos dois romances em relação aos homens. Em *Memórias póstumas*, Brás envolve-se com Virgília por causa de uma espécie de orgulho masculino, por ter sido trocado, na juventude, por outro homem de futuro mais promissor, como comentamos; em *A Silveirinha*, temos a personagem Ludgero, jovem ambicioso cuja história iremos nos deter brevemente.

Recém-vindo ao Rio de Janeiro, Ludgero passa a frequentar Petrópolis como um familiar distante protegido de Madame Z, conhecida por sua fama de dedicação à família e por seu comportamento reservado. Vendo na inserção nas redes da burguesia carioca uma oportunidade de ascensão social, Ludgero passa a jogar com as especulações de que teria um caso com Madame Z, assim como começa a ter encontros amorosos com Xaviera, a amiga mais competitiva de Z, que, por sua vez, encara nesse envolvimento uma oportunidade de desbancar a colega em seu suposto adultério. Nas palavras de Ludgero, “nada para conduzir o homem a uma mulher, como outra mulher...”⁴⁴. Segundo essa personagem, a possibilidade de um casamento com uma jovem de bom dote, garantindo riqueza a ele, seria facilitada pelas relações forjadas com essas duas mulheres.

⁴² *Ibidem*, p. 367.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Op. cit.*, p. 96-97.

Contudo, Júlia Lopes de Almeida não nos priva da interpretação das próprias mulheres sobre a situação. No caso, Xaviera destaca, em seus pensamentos, que em momento algum acredita em um sentimento da parte de Ludgero e, pelo contrário, realiza-se dentro dos jogos de poder. Em uma cena de convívio social, a personagem decide conquistar o rapaz por mero orgulho, com o intuito de alimentar o próprio ego, pois “quereria disputá-lo à amiga, não por ele, que lhe parecia insignificante de tipo e acanhado de ideias; mas pela outra, a Zélia, silenciosa, que a enganava há tanto anos com uma pele de honestidade”⁴⁵.

Na relação permeada de jogos de poder entre Xaviera e Ludgero, encontramos a crítica de Júlia à masculinidade hegemônica e aos modos burgueses hipócritas, isto é, à alimentação de um ego masculino e ao uso de outras pessoas para a própria ascensão social, assim como podemos enxergar a agência das mulheres dentro das redes de sociabilidade e poder dessa sociedade elitizada. Xaviera, por exemplo, mobiliza-se, manipulando as pessoas ao seu redor para suprir seu objetivo. Sua decisão consciente de buscar divertimento fora do casamento, ou seja, fora dos moldes normativos, contrasta com a suposta imagem pública propagada por grupos sociais de classes mais altas. Dessa forma, a autora mostra os diversos lados da vivência das mulheres burguesas, que tecem redes de mentira e disputa ao mesmo tempo em que contrariam uma ideia de recato e total subordinação aos homens.

Reflexões finais

Pretendemos mostrar como a literatura de entresséculos pode nos auxiliar a refletir sobre as nuances das existências das mulheres burguesas e as dimensões de gênero em um momento de mudanças sociais e políticas, um período que não só assistiu ao fim da escravidão e da monarquia, mas no qual outras configurações do mundo urbano, da família e do espaço das mulheres se consolidavam. A partir de *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *A Silverinha: crônica de um verão*, percebemos que Machado de Assis e Júlia Lopes de Almeida trataram criticamente o mundo burguês e a cultura patriarcal de sua época.

Ao elencarmos um romance de autoria feminina e outro de autoria masculina, acrescentamos mais um ingrediente de complexidade e riqueza à interpretação proposta. Como já pontuado por Rita T. Schmidt, “o emprego de uma terminologia cósmica que fixa a

⁴⁵ *Ibidem*, p. 83.

experiência masculina como paradigma para a existência humana”⁴⁶, que abarca homens e mulheres, “através de categorias denominadas ‘universais’ ou básicas à condição humana, não deixa de ser uma forma de neutralizar a importância e a diferença da experiência feminina”⁴⁷. Se ambos os autores propõem uma crítica à sociedade de sua época, notamos que as narrativas podem ser marcadas por perspectivas de gênero e tratam de formas diferentes a insubordinação feminina no interior do núcleo familiar burguês carioca.

Nas duas obras, portanto, encontramos temáticas comuns e críticas que dialogam entre si. Contudo, percebemos diferentes olhares sobre o mundo feminino burguês: enquanto Machado de Assis prioriza a crítica da perspectiva masculina sobre personagens femininas, Júlia Lopes de Almeida oferece protagonismo às movimentações das próprias mulheres em uma sociedade permeada de moralismos e hipocrisias, mas na qual construíam espaços de relativa agência e autonomia.

⁴⁶ SCHMIDT, Rita Terezinha. **Descentramentos/convergências**: ensaios de crítica feminista. Porto Alegre: UFRGS, 2017, p. 57.

⁴⁷ *Idem*.

Referências bibliográficas

Fontes

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A Silveirinha**: crônica de um verão. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. 1ª publicação em 1914.

ASSIS, Machado de. **Histórias sem data**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. 1ª publicação em 1881.

_____. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo, FTD, 1997. 1ª publicação em 1884.

A FAMÍLIA: jornal litterario dedicado à educação da mãe de família. São Paulo/Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1888-1894.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1827-2016.

O PAÍS. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1884-1930.

REVISTA BRAZILEIRA. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional), 1879-1891.

“**Revista Brasileira**”. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira>. Acesso em 09 de abril de 2019, às 19h17.

Teses, artigos e livros

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **História em cousas miúdas**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p. 14.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de Angela M. S. Correa.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2018.

- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e resistência anarquista, Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014, 4ª edição.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. **Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- VARIKAS, Eleni. **Pensar o sexo e o gênero**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. Tradução de Paulo Sérgio de Souza Junior.
- PAIXÃO, Sylvia. “Introdução”. In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A Silveirinha**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997
- SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 362-400.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “A questão do cânone”. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, vol. 3, 1995, pp. 85-95.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife: **SOS Corpo**, 1991. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.
- VARIKAS, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”. **Cadernos Pagu**, nº 3, 1994, pp. 63-84